

Os Assentamentos Rurais em Mato Grosso: Uma Análise dos Dados do Censo da Reforma Agrária

Rural Settlements in Mato Grosso: an Analysis of the Agrarian Reform Census Data

Janice Alves¹, Adriano M. R. Figueiredo¹, Sandra C. M. Bonjour^{1*}

¹Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Faculdade de Economia, e-mail: janice_alves@yahoo.com.br, adriano@ufmt.br, sandra@permanente.com.br

*Os autores agradecem aos debatedores do grupo temático de Desenvolvimento Rural, Territorial e Regional do XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER, e aos revisores anônimos pelas contribuições ao trabalho.

Resumo. Este artigo faz uma caracterização dos assentamentos de reforma agrária mato-grossenses. A primeira parte do trabalho consiste em apresentar as raízes históricas do problema da concentração de terras, ou seja, um breve resumo da história dos projetos de colonização, da posse da terra através das leis que favoreceram os grandes latifúndios que caracterizam a agropecuária estadual até os dias atuais. A segunda e mais importante parte do trabalho apresenta a situação dos assentamentos rurais, com base no Censo da Reforma Agrária, realizado no ano de 2002, fazendo algumas comparações com outros estudos realizados em nível nacional e estadual. O trabalho é uma contribuição para a literatura regional ao oferecer descrições dos assentamentos rurais e evidenciando a agricultura de pequena escala do estado.

Palavras-chaves: Assentamentos, Reforma Agrária, Mato Grosso.

Abstract. This paper described the characteristics of Mato Grosso's settlements part of the land reform program. The first part describes the historical roots of the land concentration problem, with a short history of the colonization projects, the land ownership pattern and the laws that favored large farms which characterize Mato Grosso's nowadays agriculture. The second and most important part describes the rural settlements using the Agrarian Reform Census data of 2002, comparing the results with other studies at national and state levels. The work contributes to regional literature offering descriptions of rural settlements and highlighting the small scale agriculture of the state.

Keywords: Settlements, Agrarian Reform, Mato Grosso.

(Recibido: 6 de noviembre de 2009. Aceptado: 29 de diciembre de 2009)

INTRODUÇÃO

Desde o início de sua colonização, o Brasil tem sua história marcada por políticas que favorecem o crescimento da desigualdade social. São séculos de favorecimento a latifúndios e grandes propriedades rurais em detrimento do pequeno produtor. Apesar de nos anos sessenta do século passado terem surgido às primeiras tentativas de reverter esta situação, as políticas em favor da reforma agrária e dos pequenos produtores nunca obtiveram suporte político necessário para sua concreta efetivação (Guimarães, 1967). Há 44 anos da promulgação do Estatuto da Terra e 38 anos de criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), poucas ações foram feitas no campo da redistribuição de terras, e a grande maioria delas nos anos recentes.

No período de 1970 (ano de criação do INCRA) até o ano de 1999 foram assentadas no Brasil 689.547 famílias, sendo 54% de 1995 a 1999, no governo Fernando Henrique Cardoso, o mais comprometido com a causa até então. No entanto, este montante é insuficiente para modificar a estrutura agrária do imenso território brasileiro. Até mesmo porque de 1964 a 1985, foram criados apenas 48 projetos de assentamento ocupando uma área de 13.851.395 hectares, grande parte com a finalidade de colonização (INCRA, 2000).

Recentemente, tem crescido o número de estudos descritivos e avaliadores de assentamentos rurais. Entre eles citam-se: Guanziroli (1994), Schimidt, Marinho e Rosa (1998), Souza Filho *et al.* (2004), Bittencourt *et al.* (1999) e Fernández e Ferreira (2004). Em geral, constatou-se a carência de infra-estrutura, de acesso a crédito e aos serviços sociais básicos. Revelou-se um preocupante cenário de pobreza rural.

Entretanto, esta preocupação é recente. O INCRA dos anos 90 e do governo Fernando Henrique Cardoso menciona, num relatório do ano 2000, que o processo de assentamento somente estaria completo quando os beneficiários estivessem inseridos no mercado de forma competitiva e reconhece ainda que para isso é fundamental a viabilização de serviços e infra-estrutura básicos. Neste sentido surge a proposta que se denominou Novo Mundo Rural, marcada pela união, no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), das políticas de Reforma Agrária e do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Mato Grosso normalmente se destaca na agropecuária nacional pela extensão de áreas de lavouras de grãos, oleaginosas e fibras - 7,7 milhões de hectares e cerca de 24,6 milhões de toneladas

em 2006, ou 18% da produção nacional, conforme SEPLAN-MT (2008). O rebanho estadual de bovinos também é expressivo, cerca de 12,7% em 2006 ou 15,8% da produção de carne bovina. Mas, também apresenta 19% de população rural, uma grande concentração de terras - índice de Gini, em 1998, de 0,75 para MT, comparado ao índice nacional de 0,65 conforme INCRA (2004).

Muitos trabalhos dão detalhes da grande produção (74% da área dos imóveis rurais são consideradas grandes propriedades), mas de um universo de 140 mil imóveis, 66% são consideradas propriedades pequenas e minifúndios (INCRA, 2005). Os dados do Censo da Reforma Agrária 2002 contaram 332 projetos de assentamento no estado e o Atlas Territórios Rurais 2004 contava 65 mil famílias assentadas em 2004 (INCRA, 2004). Como são esses assentamentos?

Conhecendo as dimensões continentais do Brasil e as características peculiares de Mato Grosso é necessário conhecer as deficiências dos assentamentos rurais deste estado, informação fundamental para orientar políticas estaduais em favor dos mesmos. O presente trabalho se diferencia dos acima mencionados principalmente devido à sua regionalização.

Acredita-se que haja uma grande diversidade entre os assentamentos rurais localizados no estado de Mato Grosso. Desta forma, o objetivo deste trabalho é fazer uma descrição dos assentamentos rurais mato-grossenses com base nos dados do Censo da Reforma Agrária de 2002 (Sparovek, 2002). Apresenta-se uma realidade pouco detalhada em nível local, e apenas conjecturada a partir de dados gerais ou de estudos localizados, com amostras muito pequenas.

Além desta seção de introdução, o trabalho contém mais quatro partes. Na segunda seção apresenta-se uma breve exposição da história da posse e distribuição da terra no Estado, buscando assim as raízes da situação de pobreza em que vivem os assentados rurais mato-grossenses. Na terceira seção apresenta-se a fonte dos dados, e na seqüência a descrição dos projetos de assentamentos localizados em Mato Grosso e por fim, na quinta seção algumas considerações finais.

A HISTÓRIA DA PROPRIEDADE DA TERRA E REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO

Segundo Moreno (2007) a história da propriedade da terra em Mato Grosso foi marcada por políticas favorecendo os grandes proprietários e muitas ilegalidades. O breve resumo histórico apresentado

a seguir é todo baseado na obra desta autora.

O povoamento de Mato Grosso se deu no início do século XVIII com o movimento bandeirante que descobriu as minas de ouro nos Rios Coxipó e Cuiabá. Para firmar este território como seu, a Coroa Portuguesa desmembra as minas cuiabanas da Capitania de São Paulo, fundando a Capitania de Mato Grosso. A missão da nova capitania era guardar a fronteira oeste do Brasil, pois o Tratado de Madrid, baseado na posse pelo uso já estava sendo negociado.

No final do século XVIII as minas se enfraqueceram levando mineiros, latifundiários e comerciantes a praticar atividades produtivas diversificadas, e muitos solicitaram junto ao governo a concessão de sesmarias para ampliar suas atividades. No ano da proclamação da república, 1889, a economia era baseada na atividade agropecuária (pecuária, cana-de-açúcar e extrativismo). Muitas usinas de açúcar surgiram às margens dos rios Cuiabá e Paraguai, produzindo açúcar, aguardente e álcool. Com a extração da borracha em evidência, as terras ao norte foram se valorizando e grandes latifúndios se formando nas mãos de seringalistas. Também contribuiu para isso a extração da poaia.

Assim, a economia e a baixa densidade populacional favoreceram a formação de grandes latifúndios e a concentração de renda e poder nas mãos da elite. No norte por seringalistas e usineiros e no sul por pecuaristas e produtores de mate (região do atual Mato Grosso do Sul). Este processo de concentração das terras favoreceu o surgimento do coronelismo. A construção de ferrovias substituindo as hidrovias passando pela região sul do estado valorizou as terras desta região, favorecendo o aparecimento de grileiros que se apossaram de áreas imensas de terra, causando muitos conflitos armados.

Com a promulgação da primeira Lei de Terras (Lei n. 601), em 1850, o acesso a terra passou a ser por compra e venda, dando fim ao processo de concessão e acesso livre a terra. Cabia ao governo federal definir e regularizar a posse da terra. Por esta mesma lei, as terras devolutas passaram a ser domínio da União. Com a promulgação da Primeira Constituição Republicana, em 1891, esta posse passou para os governos estaduais, cabendo a estes o reordenamento jurídico das propriedades em seus estados. Desta forma as classes dominantes em cada estado teriam maior influência sobre a distribuição de terras.

A primeira Lei de Terras do Estado de Mato Grosso foi sancionada em 1892, tratando dos mecanismos da regularização fundiária e no mesmo ano outra lei

repartia as terras públicas. Estas leis garantiam posses de grandes áreas aos latifundiários do estado, inclusive àqueles que não se ajustaram a lei de terras de 1850 por terem áreas maiores que a permitida (3.600 hectares) conseguiram regularizar através da lei estadual. Então, em Mato Grosso a lei de democratização do solo favoreceu os grandes posseiros, ao invés de beneficiar os pequenos.

Novos regulamentos e leis sobre a questão da terra foram expedidas em 1902, 1927 e 1939, suas diretrizes gerais sempre favoreciam o processo de concentração de terras. Apesar de o Decreto-Lei nº. 161 de 1939 buscar inibir alguns abusos que vinham sendo cometidos com relação à aquisição de terras devolutas, quase não houve efeito real. Quanto às concessões de terras gratuitamente para colonização, a Lei dispunha que isto só poderia ser feito em áreas exclusivas para lavouras e os lotes cedidos aos colonos não poderiam ser maiores que 20 hectares. Mas, como contrariava o interesse de vários dos governos seguintes esta colonização não se concretizou.

Já o arrendamento de grandes áreas pertencentes ao Estado foi possível e ocorreu muitas vezes, sempre protegendo os direitos dos arrendatários. Para terras particulares, o regulamento de 1939 dava legitimação desde que se comprovasse a validade do título de aquisição. O que se observava era uma situação fundiária muito confusa e que não era motivo de preocupação para os governantes.

Outro problema grave era o grande poder dado aos medidores de terras, os quais pressionados por latifundiários negociavam com estes a condução do processo de regularização das terras sem intervenção do órgão de terras estadual. Dessa forma, de 1892 a 1930, muitas terras pertencentes ao governo estadual (terras devolutas) passaram para mãos privadas por meio da regularização de concessões de sesmarias, legitimações de posse, por concessões gratuitas para colonização e ainda por arrendamentos para indústria extrativa de vegetais.

As leis e decretos sobre a concessão de terras para colonização buscavam povoar o Estado e para isso faziam propaganda até mesmo no exterior. Desejavam a vinda espontânea de imigrantes sem custos para o governo. A política teve pouco efeito.

Em 1907, a União criou o Serviço de Povoamento do Solo Nacional, viabilizando os interesses do estado de Mato Grosso, pois incentivava a imigração estrangeira e promovia a transferência interna de pessoas no país.

Neste mesmo ano, 1907, se aprovou uma lei tratando da política de colonização. Por esta lei muitas empresas de colonização recebiam terras devolutas para fins de colonização em áreas de até um milhão

de hectares com a única exigência de assentar gratuitamente em 50 lotes de 50 hectares pelo menos 500 famílias, ou seja, apenas 2.500 hectares eram colonizados, e o restante ficava com a empresa de colonização. Este processo de colonização intermediado por empresas se revelou uma verdadeira negociata, e era justificado dizendo-se que as concessões individuais vinham causando muitos abusos e inconvenientes.

O fracasso da política de colonização pode ser observado em números, de 1899 a 1924 foram feitas 152 concessões gratuitas, em 152 lotes que totalizavam 4.814 hectares. Outro fator que contribuiu para a formação de latifúndios foram os arrendamentos de terra a empresas extrativistas a preços irrisórios.

O caso mais conhecido foi o da empresa Erva Mate Laranjeira, que explorou a erva mate no sul de Mato Grosso em uma área de três milhões de hectares por mais de cinquenta anos. Além dos prejuízos aos cofres públicos ocorriam muitos prejuízos ecológicos com derrubada indiscriminada de matas e dizimação da população indígena.

Entre 1930 e 1947, o Brasil foi governado por Getúlio Vargas que tinha por objetivo diversificar a agricultura para evitar crises de superprodução como estava ocorrendo com o café. Para isso o governo de Vargas passou a incentivar a expansão das pequenas propriedades. Deu início a “Marcha para Oeste”, uma política de distribuição de terras para trabalhadores rurais nacionais ou estrangeiros. Outro objetivo desta política foi ocupar espaços vazios do território brasileiro. Para dar espaço aos trabalhadores o governo federal desalojou a companhia Mate Laranjeira e em seu lugar, em 1943, implantou uma colônia agrícola, denominada “Colônia Agrícola Nacional de Dourados”.

Novas colônias agrícolas semelhantes foram implantadas no Estado. No entanto, esta política também favoreceu os grandes latifundiários que ficaram mais protegidos de invasões de grileiros em suas propriedades além de ter mais mão-de-obra à disposição.

Após o fim da era Vargas, em 1947 assume o governador Arnaldo Estevão de Figueiredo, que buscou por em prática o sistema de colonização intermediado por empresas particulares. Este governo ainda solicitou ampla reformulação das leis que dispunham sobre terras no Estado. Este pedido foi concretizado no Código de Terras de 1949 (composto pelas Leis n. 18 de 21/10/1949; n. 68 de 11/12/1949 e Lei n. 75 de 12/12/1949).

Com a criação do INCRA, no ano de 1970, muitas áreas do estado de Mato Grosso foram federalizadas,

passando o instituto a ter sob seu domínio mais de 60% das terras mato-grossenses. Este órgão passou a ser o responsável pelas terras devolutas e a dar destinos às mesmas segundo as diretrizes do Estatuto da Terra. Promoveu-se a distribuição de terras para colonização oficial e particular, todas as estratégias de colonização faziam parte da estratégia de povoação da Amazônia.

Considerado portal da Amazônia, Mato Grosso passou a receber recursos de diversos programas especiais de desenvolvimento - PIN, PROTERRA, POLOCENTRO, POLAMAZONIA e POLONOROESTE. Estes programas, segundo Moreno (2007) “serviram em primeira instância para patrocinar o acesso a terra na região pelos grandes grupos econômicos” (p. 156), isso porque eram eles que conseguiam os recursos destes programas.

Por meio da SUDAM, nas décadas de 1970 e 1980 foram implantados no estado 268 projetos de colonização intermediado por empresas, dos quais 84,9% eram projetos agropecuários. E assim, 23,06% dos incentivos fiscais da SUDAM ficaram em Mato Grosso. Os projetos agropecuários ocupavam áreas em torno de 31.400 hectares, quase sempre destinado a criação de gado.

Quanto à reforma agrária, em Mato Grosso, o principal instrumento do INCRA foi a regularização fundiária. Foram expedidos muitos títulos definitivos e licenças de ocupação. Foram levantadas todas as áreas devolutas existentes na região de Mato Grosso sob domínio do INCRA e registradas no Cartório Regional Imobiliário em nome deste órgão que representava a União.

Em 1986, com a criação dos programas de reforma agrária nacional e regional, observou-se o fim das regularizações fundiárias que vinham ocorrendo de forma desenfreada e beneficiando grandes proprietários rurais. Houve as primeiras desapropriações de terras.

Os 59 projetos de colonização oficial implantados pelo INCRA entre 1980 e 1992 em Mato Grosso foram classificados de três formas conforme a estratégia de implantação:

a) Nove projetos foram denominados de “Projetos de Assentamento Rápido” e realizados em áreas de infra-estrutura já implantada e com apoio dos governos estaduais e municipais. Os lotes tinham em média 50 hectares e ocuparam uma área total de 269.948 hectares assentando 4.542 famílias;

b) Três projetos foram denominados “Projetos de Ação Conjunta”, pois se tratava de uma ação conjunta entre INCRA e uma cooperativa. O INCRA dava as terras, infra-estrutura básica e titulação das parcelas. As cooperativas davam a manutenção e

administravam o assentamento. Nestes três projetos foram parceiras do INCRA a Cooperativa Mista Agropecuária de Juscimeira Limitada, em um projeto em Nobres, a Cooperativa Agrícola de Cotia, num projeto em Alta Floresta e a Cooperativa Triticola de Erechim Limitada. Foram assentadas nesta condição 7.579 famílias em 538.217 hectares;

c) A terceira classificação dos projetos de colonização oficial é o “Projeto Especial de Assentamento”, executado para atender populações vindas de áreas em conflitos por terra. Toda a responsabilidade deste tipo de assentamento era do INCRA e somente um foi realizado em Mato Grosso. Este se localizava em Lucas do Rio Verde, com área de 200.000 hectares assentando 972 famílias vindas do Rio Grande do Sul. Este projeto foi implantado em 1981 e ficou muito conhecido por escândalos de compra e venda de terras destinadas a assentamentos. Em 1986, apenas 15 famílias originalmente assentadas se mantinham no local. Além deste projeto foram implantados outros assentamentos em áreas de conflito dentro do Estado ocupados por posseiros. Foram 46 projetos entre 1981 e 1992, com área total de 990.039,1 hectares assentando 9.690 famílias.

Quanto aos projetos de Colonização Particular, estes tiveram muito mais êxito do que os projetos oficiais. Era obrigação da empresa colonizadora se cadastrar junto ao INCRA e ter seu projeto aprovado por este órgão para que pudesse empreender uma colonização. Também era obrigação da empresa colonizadora abrir estradas de acesso, demarcar lotes, construir armazéns, escolas e postos de saúde, delimitar o perímetro urbano, demarcar os lotes urbanos, dar assistência técnica e crédito aos colonos além de manter as reservas florestais obrigatórias.

Nas décadas de 1970 e 1980 foram implantados 88 projetos de colonização por 33 empresas que se cadastraram junto ao INCRA. Foram ocupados 3,25 milhões de hectares por aproximadamente 20.000 famílias de colonos, a grande maioria vindas do Sul do Brasil e em geral adquiriam lotes maiores de 100 hectares.

Neste processo, muitas comunidades indígenas foram dizimadas e deu-se origem a muitos novos municípios. Em 1970, o estado tinha apenas 34 municípios, elevando-se este número para 95 em 1990.

No total, os projetos de colonização particulares e oficiais ocuparam uma área equivalente a 4,78% do território de Mato Grosso. Nestes dois tipos ocorreram desistências e o maior sucesso dos projetos particulares se justifica pelo maior poder aquisitivo de sua clientela.

Além dos estudos envolvendo assentamentos de

todo o país, citados na introdução, foi encontrado na literatura apenas um em nível estadual, de Fernández e Ferreira (2004) que apresentam a situação socioeconômica dos assentamentos rurais mato-grossenses.

Os dados nos quais os autores se basearam são resultados de aplicação de questionário junto aos beneficiários de cinco assentamentos: João Ponce de Arruda, Confresa Roncado, Eldorado I, Tupã e Novo México. A escolha dos mesmos teve por objetivo abranger os três ecossistemas existentes no Estado - pantanal, cerrado e floresta – e, ao mesmo tempo, as regiões de ocupação recente e de ocupação antiga. As principais constatações do mesmo foram que os assentamentos estão bem distribuídos pelo Estado, mas o maior número de famílias assentadas estava no norte, denominada como região de ocupação recente, sendo os assentamentos um fator de atração populacional para município de baixa densidade demográfica.

Foram encontradas elevadas taxas de analfabetismo entre os beneficiários, em média 23,8%, mas esta variou entre 0% e 50% entre os cinco assentamentos estudados. Cruzando informações sobre escolaridade dos titulares dos lotes com informações de produção e renda observou-se muitas situações nítidas de relação positiva entre escolaridade e uso de máquinas, insumos e renda familiar.

Uma dinâmica observada entre os assentamentos estudados é a tendência de substituição da vegetação original por pastos cultivados. No início os assentados tendem a trabalhar com atividade agrícola, em seguida ocorre o empobrecimento do solo e se opta pelas pastagens e atividade pecuária de leite. Já nos assentamentos João Ponce de Arruda e Eldorado I a vegetação original vinha sendo substituída por lavouras temporárias, inclusive com uso de máquinas e insumos químicos. Em geral, a ocupação do solo era influenciada pelo sistema de produção que predominava no município em que estavam inseridos.

A média do Valor Bruto da Produção (VBP) dos assentamentos estudados na safra 1996/97 foi de R\$ 11.795,70, sendo 62,9% devido a atividades agrícolas, mesmo esta ocupando 29,8% da área dos lotes. Houve muita diversidade no VBP da amostra, que variou entre R\$ 24.759,00 e R\$ 4.905,20, os mais elevados eram basicamente decorrentes da produção de arroz e soja.

Segundo os entrevistados os programas de crédito especial para assentados não supriram suas necessidades. Os que conseguiram maior volume de crédito também são os de maior VBP. Quanto à comercialização da produção os assentamentos mais

distantes e com menor infra-estrutura de produção armazenagem e transporte o comércio dos produtos foi feita basicamente com atravessadores, resultando em preços menores. O oposto acontece nos assentamentos mais bem estruturados e inseridos num mercado dinâmico.

Do total pesquisado 55% residem em casa de alvenaria, 30% em casas de madeira. Em apenas 11% das residências o piso era de cerâmica, 27% de chão batido e 52% de cimento.

Dois assentamentos tiveram situação muito antagônica, trata-se do assentamento João Ponce de Arruda, localizado no município de Campo Verde que possui uma estrutura produtiva consolidada com políticas voltadas para reprodução da agricultura patronal. Este obteve os melhores resultados em quase todos os quesitos analisados. No extremo oposto está o assentamento Confresa Roncador, localizado no município de Confresa, a 1350 quilômetros de Cuiabá. Além da enorme diferença entre quesitos de serviços sociais, VBP, estradas de acesso, 91% das residências do primeiro eram de alvenaria e 81% tinham energia elétrica. No segundo 96% das casas eram de madeira e 76% eram cobertas com palha, e a grande maioria não tinha piso nem energia elétrica.

Questionados sobre a melhora nas condições de vida após o assentamento os beneficiários responderam que em 75% dos casos a situação da moradia melhorou, para 65% o acesso a serviços médicos são melhores, a alimentação melhorou para 74% e 57% acham melhor as condições de acesso a escola. O que se conclui que em geral a vida dos assentados melhorou após receberem o acesso a terra.

FONTE DOS DADOS

Os dados sobre assentamentos rurais são secundários, extraídos do Censo da Reforma Agrária de 2002 (Sparovek, 2002), trata-se de um banco de dados que reúne informações de todos os projetos de assentamento rurais do Brasil. Em Mato Grosso foram levantados 332 projetos de assentamento localizados em 98 municípios, com criações datadas desde o ano de 1981 até o ano de 2002. Em geral, os assentamentos estão bem distribuídos pelo Estado, como pode ser observado na Figura 1, onde os pontos brancos representam os projetos de assentamento.

No Censo da Reforma Agrária de 2002, os questionários aplicados nos assentamentos contam 178 questões formuladas e trabalhadas nos assentamentos visitados, contudo utiliza-se nesta pesquisa 59 questões acerca de localização, dada de criação, número de famílias assentadas, consolidação do projeto, títulos de posse, infra-estrutura implantada, áreas úteis e de re-

serva, áreas de produção coletiva, parcerias para saúde, educação, estradas, produção/comercialização e lazer/religião, acesso a crédito rural e crédito de material de construção, condições de moradia e estradas de acesso, número de tratores, associações, escolas, mão-de-obra, desistências e abandonos e títulos de posse. Os questionários foram aplicados, em cada assentamento, para no mínimo três agentes diferentes: 1) o representante do INCRA, responsável por aquele projeto; 2) um beneficiário; e 3) os presidentes das associações existentes no projeto.

Em alguns casos, notaram-se respostas muito discrepantes entre os entrevistados e, por este motivo, 136 Projetos de Assentamento levantados no Censo da Reforma Agrária de 2002 em Mato Grosso foram excluídos. Assim, a descrição deixa de ser sobre o universo dos assentamentos e passa a compor uma amostra de 196 projetos de assentamentos rurais que terão sua situação descrita neste artigo.

RESULTADOS

Observando a história da propriedade das terras mato-grossenses, sempre favorecendo a grande propriedade, compreendem-se as raízes da estrutura fundiária presente no Estado. Neste cenário de grandes propriedades há uma pequena agricultura familiar, e grande parte desta agricultura familiar é originária de assentamentos rurais. O contexto em que se encontravam estes assentamentos no ano de 2002 está descrito a seguir.

Área total e utilizada

A área total destinada ao projeto de assentamento é subdividida em área de preservação permanente, de reserva legal, destinadas à produção coletiva e à individual. A área total do universo da amostra é de 1.352.411 hectares com uma média de 6.900 hectares por projeto de assentamento, os valores extremos e a média de cada destinação da área a partir da área total é apresentada na **Tabela 1**.

Em apenas 9 dos 196 projetos de assentamentos estudados há área de produção coletiva, estes em geral são projetos mais antigos, exceto dois com apenas dois anos de criação (**Tabela 2**).

No entanto, a renda destes não se destaca em relação a média dos demais, sendo encontrada no assentamento Laranjeira II renda média mensal de R\$ 100,00 mensais por família, ou seja, igual as mais baixas encontradas na amostra estudada. O que indica que a área coletiva não tem gerado efeitos positivos sobre a renda monetária, embora deva estar gerando renda de autoconsumo.

Tabela 1. Estrutura Fundiária dos Projetos de Assentamentos

Área*	Máximo	Mínimo	Média	Total para MT
Total do PA**	34.827	80	6.900	1.352.411
Preservação Permanente do PA	6.400	0	552	108.115
Reserva Legal do PA	16.348	0	2.181	427.450
Destinada à produção coletiva	1.189,32	0	13,69	2.682,97
Média dos lotes	201	2	50	-

Fonte: Censo de Reforma Agrária 2002 (Sparovek, 2002)

*Medida em hectares. **PA: Projeto de Assentamento

Tabela 2. Projetos de Assentamento com Área de Produção Coletiva

Assentamento	Área total em hectares	Ano de criação	Município	Área destinada à produção coletiva (em ha)
Laranjeira II	1.210	1.987	Cáceres	5,00
Santa Helena	16.447	1.996	Vila Bela da S. Trindade	30,00
Campo Limpo	1.022	1.995	Poconé	55,75
Santa Carmem	121	2.000	Santa Carmem	58,00
São Benedito	1.219	1.998	Araputanga	115,10
Aguaçu	221	2.000	Cuiabá	134,40
Seringal	6.422	1.997	Vila Bela da S. Trindade	500,00
Bojui	15.638	1.998	Diamantino	595,40
Laranjeira I	10.944	1.998	Cáceres	1.189,32

Fonte: Censo de Reforma Agrária 2002 (Sparovek, 2002)

Quanto ao tamanho médio dos lotes, estes variam sensivelmente com os menores encontrados no projeto Pedra 90, município de Cuiabá, com cerca de 2 hectares. Neste mesmo tamanho estão os lotes do assentamento Colniza II no município de Colniza, Chão do Amanhã no município de Sorriso, o projeto Arinos em Juara, Santa Carmem, no município de

igual nome e Aguaçu localizado também em Cuiabá. O tamanho médio dos lotes para os 196 assentamentos rurais mato-grossenses estudados é de 50 hectares. Os maiores lotes são encontrados no projeto de assentamento Chapadinha, em São Félix do Araguaia, com tamanho médio de 201 hectares, como mostra a **Tabela 3**.

Tabela 3. Maiores lotes entre os assentamentos estudados

Projeto de Assentamento	Município	Tamanho Médio dos Lotes (em ha)	Renda Média Mensal por família
Chapadinha	São Félix do Araguaia	201	R\$ 100,00
Xavantinho	São Félix do Araguaia	180	R\$ 300,00
Carnaúba	São Félix do Araguaia	170	R\$ 300,00
Maria Tereza	Ribeirão Cascalheira	153	R\$ 600,00
Serra Nova II	Serra Nova Dourada	150	R\$ 300,00

Fonte: Censo de Reforma Agrária 2002 (Sparovek, 2002)

São cinco os assentamentos onde o tamanho médio dos lotes supera em no mínimo três vezes o tamanho médio da amostra. Observe que em São Félix do Araguaia estão os assentamentos com os maiores lotes, além destes, no mesmo município há ainda o assentamento Azulona Gameleira com área média de 133 hectares por lote.

No entanto, todos os projetos localizados neste município têm outra característica em comum, elevada área de preservação e reserva legal, são entre 37% e 45% da área oficial dos projetos destinada à preservação permanente ou a reserva legal. Considerando os 196 assentamentos rurais estudados a média da soma destas duas áreas com relação a área total do projeto de assentamento é de 34%, embora haja 53 projetos onde a área de preservação e de reserva legal sejam superiores aos do município de São Félix do Araguaia. A maior parcela das áreas de preservação obrigatória foi encontrada no assentamento Chão do Amanhã, município de Sorriso, onde a reserva representa 95% da área total destinada ao projeto. Devido a isto, o tamanho médio dos lotes não implica necessariamente em maior área cultivada, e desta forma também nem sempre gera renda superior aos assentados em lotes menores.

O assentamento Mello, localizado no município de Nova Xavantina também possui lotes bastante extensos, em média 140 hectares, no entanto, neste projeto a área de preservação permanente e de reserva legal é de 300 e 200 hectares respectivamente, bastante inferior aos carentes assentamentos da

região do Araguaia, pois representam 21% da área total do projeto de assentamento.

Capacidade de Assentamento e Abandono

A capacidade de assentamento dos 196 projetos oficialmente segundo a portaria de criação é de 25.480 famílias. E constam nas respostas que são 17.649 famílias morando nos projetos de assentamento, número inferior a capacidade dos projetos, o que decorre em geral devido a família do beneficiário não residir no assentamento, ou ainda a abandonos. Constam nas respostas dos entrevistados que aproximadamente 5% de desistências com relação a capacidade total do assentamento, número que não pode ser confirmado uma vez que não é possível conhecer o número de famílias que residiam fora do projeto (devido a grandes discrepâncias nas respostas).

O maior índice de desistência foi encontrado no assentamento Martins, localizado no Município de Água Boa, com capacidade de assentamento de 55 famílias e com 84% de desistências (ou 46 beneficiários). Outros projetos com elevado número de abandonos são os projetos Pandovani (50%), Boa Esperança I, II, e III (47%), Juruena I (30%) e Pedra 90 (22%). Muitas características comuns são encontradas entre os mesmos, todas estão muito distantes da sede de município mais próximo, além de estradas de terra mal conservadas. Também há carência pronunciada de serviços sociais, como mostra a **Tabela 4**.

Tabela 4. Característica dos assentamentos com elevado número de abandono dos lotes

Nome do Projeto de Assentamento	Capacidade de assentamento	Ano de criação	% de Abandono	Parcerias		
				Educação	Saúde	Produção e Comercialização
Martins	55	2002	84%	sim	sim	não
Pandovani	450	2000	50%	sim	sim	não
Boa Esperança I, II e III	449	2002	47%	não	não	não
Juruena I	630	2001	30%	sim	sim	não

Nome do Projeto de Assentamento	Tempo de acesso a sede do município mais próximo (em decimais de hora)	% Famílias com abastecimento regular de água de boa qualidade	% Famílias com casas com sanitários ligados a fossa séptica	% Famílias com fornecimento regular de energia elétrica	% Famílias que produzem apenas para subsistência	Renda Família Mensal (R\$)
Martins	4,33	17%	0%	0%	100%	300
Pandovani	2,5	20%	0%	0%	84%	100
Boa Esperança I, II e III	4	11%	3%	0%	95%	133
Juruena I	2,5	30%	0%	0%	90%	100

Fonte: Censo de Reforma Agrária 2002 (Sparovek, 2002)

Observe que o assentamento Boa Esperança não apresenta nenhum tipo de parcerias, nem mesmo para educação e saúde, situação muito grave quando o assentamento está a quatro horas da zona urbana mais próxima. Embora não apresentado no quadro anterior, nenhum destes projetos tem qualquer tipo de parceria para atividades de lazer e religião. É notável também que os assentamentos Martins e Pandovani nunca tiveram acesso ao PRONAF. Os baixos salários médios mensais também indicam a pobreza em que vivem estas famílias, e devem estar intimamente relacionado com a desistência dos lotes.

Em resumo, a sensível falta de apoio institucional e a distância da zona urbana, associada a péssimas condições das estradas de acesso devem ser responsáveis por grande parte do abandono dos lotes por parte do beneficiário.

No entanto, para os assentamentos como um todo,

o percentual médio de desistência indica que mesmo com algum erro nas respostas este deve, em média, estar abaixo do encontrado pelo estudo da FAO e INCRA no ano de 1991, o qual apontou índices de 20% para uma amostra de assentamentos em Mato Grosso, embora possam ter ocorrido situações em que alguns dos entrevistados não consideraram as vendas dos lotes como situações de abandonos (Guanziroli, 1994).

Parcerias: Serviços Sociais, Infra-estrutura, Produção e Comercialização

Os auxílios para serviços sociais e infra-estrutura são prestados através de parcerias. As parcerias institucionais encontradas foram as articuladas com a Prefeitura do Município, Governo do Estado, sociedade civil ou Organização Não-Governamental-ONG e INCRA (**Tabela 5**).

Tabela 5. Parcerias institucionais dos projetos de assentamento

Tipos de Parcerias	Prefeitura Municipal	Governo do Estado	INCRA	Sociedade Civil ou ONG
Comercialização e Produção	45,9%	12,2%	5,1%	15,8%
Estrada de Acesso ao PA	89,3%	9,7%	43,9%	6,1%
Educação	93,9%	18,9%	5,6%	4,1%
Saúde	90,3%	29,1%	4,1%	0,5%
Lazer e Religião	40,8%	1,0%	6,1%	43,8%

Fonte: Censo de Reforma Agrária 2002 (Sparovek, 2002)

Em geral as parcerias têm por parte da prefeitura municipal a participação mais expressiva em todos os itens. Quanto ao auxílio para produção e comercialização 45,9% dos assentamentos receberam algum tipo de auxílio da prefeitura municipal, este item trata-se de inclusão nas feiras públicas municipais, transporte para a produção, empréstimo ou aluguel de máquinas agrícolas, fornecimento de insumos ou assistência técnica. Neste item se destaca o elevado número de projetos de assentamento, 78, sem nenhum tipo de auxílio à produção e comercialização. No entanto os cinco projetos de assentamento que responderam ter três parcerias para esta finalidade não alcançam renda superior a R\$ 300,00 mensais por família.

A parceria para a educação, que pode incluir desde criação e manutenção de escolas no interior do projeto ou ainda fornecimento de transporte escolar. Neste item as prefeituras municipais novamente se destacam, são 93,9% ou 184 assentamentos auxilia-

dos pelas prefeituras municipais. Em se tratando de educação cabe ainda destacar que 90 dos 196 projetos analisados têm escolas de ensino fundamental dentro do próprio projeto. Já a parceria do governo estadual, que em geral deve-se ao ensino médio, está presente em apenas 18,9% dos projetos de assentamento.

Na contribuição na qualidade de vida das unidades familiares com algum tipo de política e ação nos requisitos lazer e religião, a própria sociedade civil e/ou ONGs e as prefeituras municipais são os maiores parceiros dos projetos de assentamento. Este item inclui a construção de igrejas, campos esportivos, clubes, centros comunitários e bibliotecas.

Quanto às estradas, 89,3% dos projetos de assentamento têm auxílio para manutenção das mesmas por parte das prefeituras municipais, também se destaca neste quesito a parceria com o INCRA. Não o bastante, existe precariedade nas estradas que dão acesso aos assentamentos rurais (**Tabela 6**).

Tabela 6. Projetos de Assentamentos segundo as condições das estradas de acesso

Estrada Asfaltada	Participação no total
Todo o percurso	7,1%
Maior parte do percurso	14,8%
Menor parte ou nenhuma parte asfaltada	80,0%
Estrada de Terra	Participação no total
Boas condições	41,8%
Más Condições	51,0%

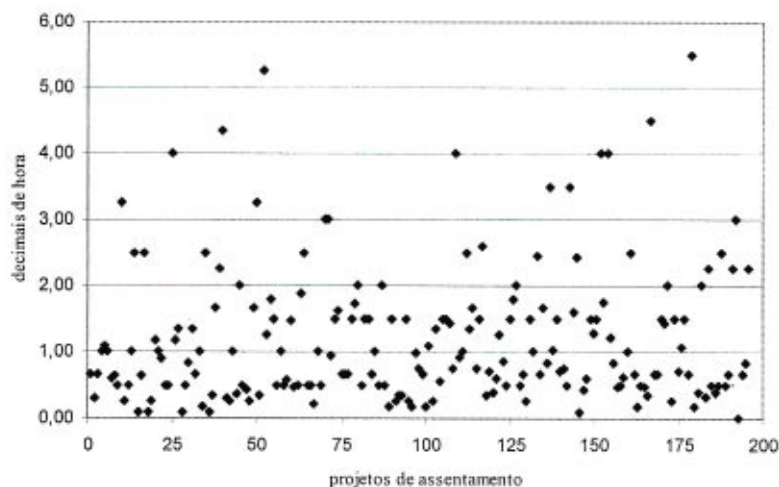
Fonte: Censo de Reforma Agrária 2002 (Sparovek, 2002)

Este mesmo obstáculo e a ausência de parcerias firmadas que atendam essa questão acabam afetando de alguma forma as condições e meios de comercialização da produção nas unidades produtivas, representadas pela dificuldade de logística para acesso aos mercados consumidores e com custos de transporte, por exemplo. O percurso das estradas que possibilita o trânsito dos assentados de suas localidades até o município mais próximo está descrito em termos de percentuais do projeto segundo condição das estradas.

Apenas 7,1% dos assentamentos desta amostra têm todo o percurso com estrada asfaltada, a menor ou nenhuma parte do percurso asfaltado representa a realidade para 80% dos projetos. Entre os projetos com acesso por estradas de terra em mais da metade observa-se más condições para trafegar. Embora a

tabela 6 não detalhe, entre os 51% das estradas de terra em más condições, 7,7% dizem que as mesmas só são trafegáveis em algumas épocas do ano, ficando totalmente impossibilitado o transporte da produção ou ainda de insumos entre os projetos de assentamento e os centros comerciais em alguns períodos do ano.

Em conformidade com o fato da precariedade das estradas de acesso está o tempo de acesso aos assentamentos rurais: dentre os 196 estudados, 154 estão localizados a mais de uma hora da sede do município mais próximo e, em média, o tempo de deslocamento é de aproximadamente 1,19 horas, com 121 assentamentos abaixo da média e 75 acima da mesma. Esta distribuição pode ser observada na **Figura 2**.

Figura 2. Tempo de acesso do Projeto de Assentamento à sede do Município mais próximo, em decimais de hora

Fonte: Censo de Reforma Agrária 2002 (Sparovek, 2002)

Os 13 assentamentos com maiores tempos para acesso às cidades mais próximas estão todos entre os que têm menor parte ou nenhuma parte do trecho em estrada asfaltada. Com exceção de um projeto, os 12 restantes alegaram ter estradas de terra em más condições e, entre estes, 4 têm condições de tráfego em apenas parte do ano.

Na **Figura 2**, os dois pontos acima da linha das cinco horas representam os extremos no tempo de acesso. Estes são os assentamentos Morrinho do Tarumã, município de Vila Bela da Santíssima Trindade, e Brasil Novo, localizado no município de Querência, com o tempo superior a 5 horas de deslocamento. No outro extremo, com o menor tempo de deslocamento no percurso do assentamento à sede de um município, está o projeto de Pontal no município de Nova Nazaré, vizinhos à zona urbana e, portanto, com tempo de acesso nulo segundo os entrevistados. Os assentamentos de Morrinho do Tarumã e Brasil Novo declararam ter, como a forma de acesso, estrada de terra em maior parte do percurso. E os projetos localizados a menos de 10 minutos da zona urbana mais próxima alegaram ter

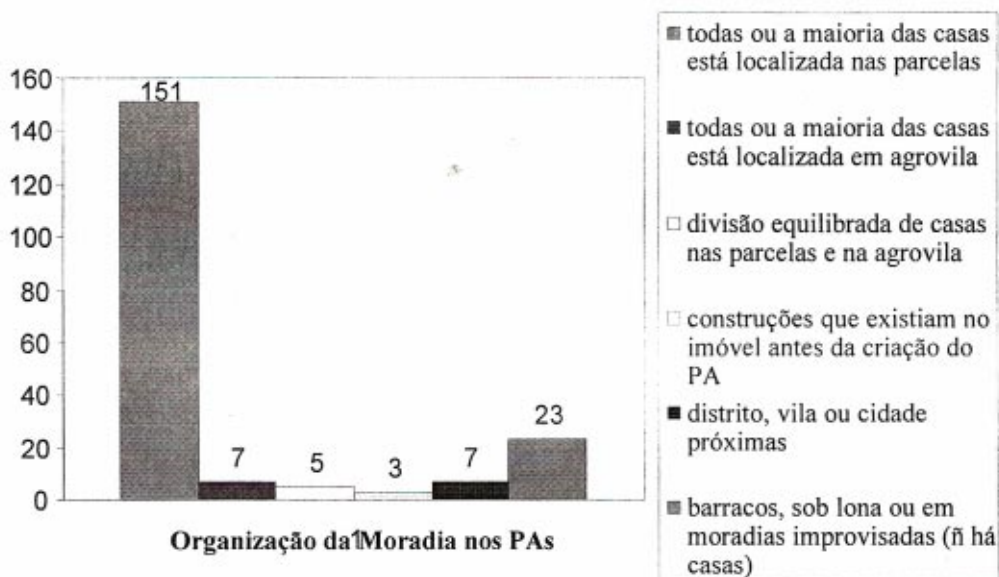
estradas asfaltadas ou de terra em boas condições o ano inteiro.

Os estudos de Bittencourt et al. (1999) e Fernández e Ferreira (2004) detectaram as condições das estradas de acesso e distância da zona urbana como fatores limitantes para o desenvolvimento dos assentamentos. Isso ocorre uma vez que a facilidade de acesso a zona urbana promove, entre outras coisas, melhores condições para a comercialização da produção, proporcionado maior renda aos assentados. Quando muito isolados os assentados se tornam dependentes de atravessadores, ampliando o canal de comercialização e reduzindo os preços recebidos e assim sua renda.

Condições de Habitação

Com relação à habitação, cerca de 77% dos projetos de assentamento apresentaram todas ou maioria das residências localizadas nos lotes e 11,7% das habitações no estado de barracos, sob lona ou em moradias improvisadas. Também há beneficiários residindo em agrovilas, distritos, vilas ou cidades próximas como mostra a **Figura 3**.

Figura 3. Organização da Moradia dos Projetos de Assentamento

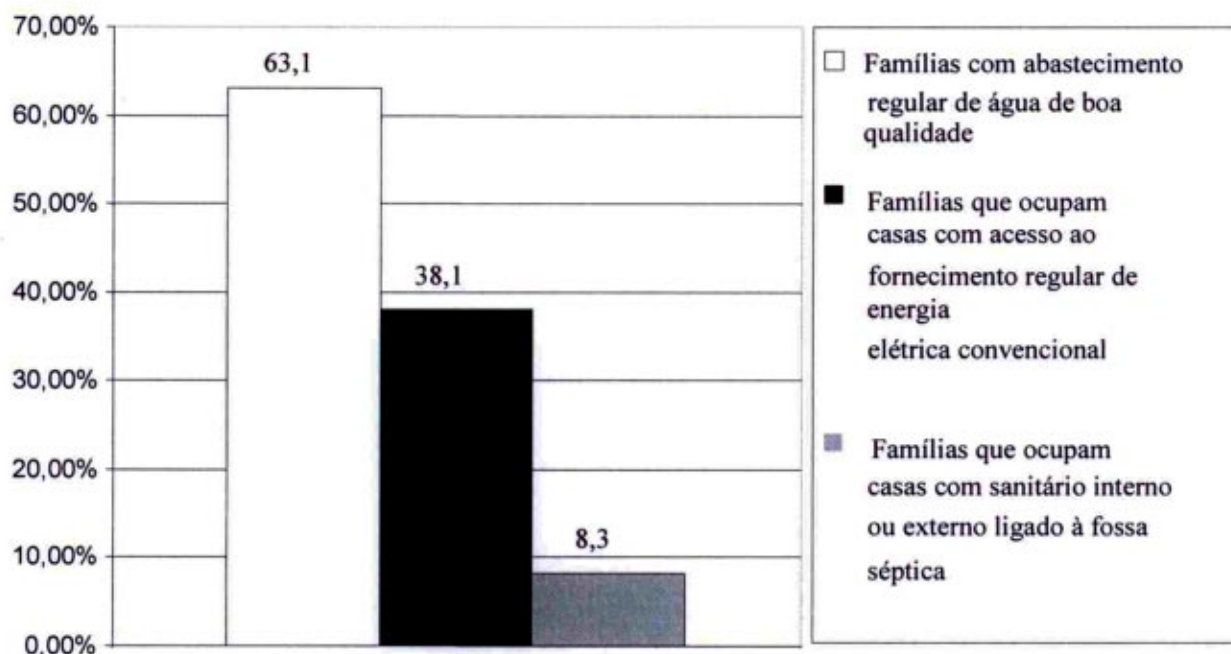


Fonte: Censo de Reforma Agrária 2002 (Sparovek, 2002)

A qualidade de vida está ponderada pelo número de moradores em todos os projetos de assentamento. Questões sobre escolaridade, acesso a atendimento médico, assistência técnica, transporte coletivo, lazer, acesso a instituições de caráter religioso, social, político e financeiro são contempladas apenas na forma do projeto possuir ou não o serviço.

Através das respostas das questões aplicadas, percebe-se que para a qualidade de vida das famílias assentadas ainda não é totalmente assegurada em termos de condições básicas de tratamento de esgoto, água de boa qualidade e energia elétrica, como mostra a **Figura 4**.

Figura 4. Famílias que ocupam casas com sanitário, energia elétrica e abastecimento de água (em %)



Fonte: Censo de Reforma Agrária 2002 (Sparovek, 2002)

As casas com sanitário ligado a fossa séptica são realidade para aproximadamente 8,3% das famílias assentadas. A média de famílias com acesso ao fornecimento regular de energia elétrica foi 38,1%. Dentre os aspectos da condição de moradia o abastecimento de água de boa qualidade de forma regular foi o que se mostrou mais satisfatório, com 63,1% das famílias desfrutando desta condição. Os baixos números de acesso a energia elétrica e condições de sanitários demonstram a precariedade em que vivem os assentados.

Esta infra-estrutura social (educação, saúde, condições de habitação) foi observada em outros estudos, anteriormente mencionados, como fator motivador do sucesso dos assentamentos. Portanto, apesar de sua relação indireta com a renda, ela afeta a motivação para o trabalho e permanência no projeto quando é superior as condições vivenciadas

pelos assentados antes do acesso a terra. Mas, embora se conheça a importância destes fatores, Guanzioli (1994), Schmidt, Marinho e Rosa (1998), Bittencourt et al. (1999) e Fernández e Ferreira (2004) detectaram em geral condições hidrossanitárias muito ruins nos assentamentos brasileiros.

Renda e Fontes de Renda

Quanto a atividade produtiva verificou-se que em média, 63% das famílias têm a atividade produtiva principal para subsistência, exercendo ainda outro tipo de atividade ou serviço, dentro ou fora dos assentamentos para complementar a renda mensal. São apenas 10 assentamentos, totalizando 657 famílias em que nenhuma trabalha unicamente para subsistência, a renda destes foi no mínimo de R\$ 215,00 e no máximo de R\$ 1.200,00 mensais. Por outro lado são 16 projetos, com 756 famílias, onde

todas trabalham unicamente para a subsistência. A renda média mensal deste grupo de famílias é de R\$ 178,00, sendo que esta se deve a trabalhos externos a propriedade.

Sabendo que mais da metade dos projetos de assentamento estudados, 101 dos 196, mais de 80% das famílias tem o trabalho de produção na propriedade cedida unicamente para subsistência, e não para comercialização, constata-se a necessidade que as mesmas têm para se inserir no mercado e alcançar condições melhores de vida.

A renda média mensal, segundo os entrevistados, para os 196 assentamentos rurais estudados foi de R\$ 273,00, a maior renda foi encontrada no assentamento Mello no município de Nova Xavantina, e é de R\$ 1.200,00. A menor renda média mensal, R\$ 100,00, foi declarada em 40 projetos, sendo num total de 50, esta foi menor ou igual a R\$ 200,00, que representava um salário mínimo no ano do levantamento das informações (2002). Em geral, a atividade principal praticada por produtores familiares é a de cultivo de plantações agrícolas, em seguida a criação de animais. Também se notou nos trabalhos de Bittencourt et al. (1999) e Fernández e Ferreira (2004) que o entorno econômico é decisivo para a atividade principal dos assentamentos, que geralmente praticam as atividades predominantes no município em que se localizam.

Foi observado ainda que grande parte da renda é originária de atividades complementares, tais como trabalho agrícola de diarista, safrista, empregado rural ou artesanato. Há ainda muitas famílias atendidas por benefícios do Governo, como pensões, aposentadorias, bolsa-escola, vale-gás ou outro benefício. A média para os 196 projetos de assentamento é de 37% das famílias atuando em atividades complementares de renda, além da exploração da terra de seu lote, e em média 22% recebem algum tipo de benefício social do Governo Federal. Em apenas 7 assentamentos foi declarado que nenhuma família atua em trabalhos complementares, e em dois, Baxiú (município de Barra do Bugres) e Nova Esperança I (município de Alto Paraguai), todas as famílias realizam outros trabalhos para complementar a renda. Quanto ao recebimento de benefícios sociais do governo, apenas em 9 assentamentos nenhuma família tem este tipo de benefício, e em nenhum deles todas as famílias são beneficiárias destes programas sociais. Entre estes existem assentamentos com renda de R\$ 1.200,00 a R\$ 150,00, o que indica que há assentamentos que não tem o benefício porque não necessitam, e outros provavelmente porque não tiveram acesso aos mesmos. Cabe ressaltar que são

apenas dois os assentamentos onde nenhuma família tem renda complementar com trabalhos externos a propriedade e com benefícios do governo, estes são os assentamentos Mello (com renda média mensal por família de R\$ 1.200,00) e Piraputanga (com renda média mensal de R\$ 300,00). No entanto observa-se que em geral quanto maior o número de famílias com atividades complementares maior é a renda média mensal, isso indica que as famílias não estão conseguindo sobreviver com a própria propriedade, e diferentemente dos assentamentos Mello e Piraputanga.

Observou-se ainda que também no assentamento Nova Esperança I encontra-se o maior número de famílias atendidas por benefícios sociais, 90%. Tal fato chamou a atenção para uma possível organização dos moradores no sentido de alcançar melhores condições de renda. Observou-se, então, o número de associações existentes em cada projeto: os assentamentos com maior número de associações são aqueles com renda em torno de R\$ 300,00 mensais. Já o de mais sucesso, em termos de renda, tem apenas uma associação, o que pode estar indicando que a organização da associação deve ser mais importante que a quantidade das mesmas.

Observando que a renda média dos assentados, mencionada anteriormente, não inclui o autoconsumo poderia se afirmar que os assentados estão em melhores condições que muitos assalariados de classe baixa do setor urbano-industrial. Mas é preciso cautela nesta análise, pois não se pode esquecer que em geral esta renda tem sido derivada de serviços externos a propriedade e/ou de benefícios sociais, necessárias para sobrevivência dos mesmos uma vez que não conseguem extrair da propriedade todas as rendas necessárias para sobrevivência. Portanto esta renda também deve auxiliar na manutenção da subsistência e não deve estar sendo investida na propriedade.

Mão-de-Obra Familiar

No quesito mão-de-obra, o número médio declarado de pessoas por família que trabalham com a produção agrícola, pecuária e/ou extrativista, cerca de 175 assentamentos tem em média 2 adultos por família trabalhando nas atividades produtivas rurais, apenas em 6 assentamentos apenas um adulto se dedica aos serviços rurais, contudo em todos os assentamentos no mínimo duas pessoas se dedicam aos trabalhos rurais. Foram observados assentamentos com até 10 pessoas em média por família se dedicando as atividades na propriedade, trata-se do projeto Margarida União, em Porto Alegre do Norte, com 200 famílias assentadas, e estes

indicam que cerca de 3 adultos, três jovens e quatro crianças em média por família se dedicam as atividades produtivas, observa-se ainda que a renda média destes é de R\$ 300,00 mensais por família. Outro assentamento numeroso em mão-de-obra é o Fica Fica em Nova Brasilândia, onde foi declarado que cerca de três adultos, três jovens e três crianças em média, por família, se dedicam aos trabalhos na área rural. Observou-se, também, que este assentamento tem 112 famílias assentadas e uma renda média mensal de R\$ 100,00, ou seja, trata-se de um assentamento rural extremamente pobre. Em geral, as famílias assentadas são numerosas, em pelo menos 109 projetos de assentamento foi declarado que o número de pessoas por família que se dedica aos trabalhos rurais era de 5 ou mais, o que indicou que os assentamentos geravam muitos postos de trabalho no meio rural.

Quanto ao número de crianças observou-se que 69 assentamentos não têm nenhuma criança se dedicando a serviços rurais, esta questão pode estar ligada a falta de escolas, o que pode levar as mesmas a não residirem nos lotes com as famílias, pois dentre estes mesmos 69 apenas 27 têm escolas de ensino fundamental localizadas dentro do PA. Enquanto isso nos 17 projetos onde três ou mais crianças foram declaradas como ajudantes nos serviços rurais 15 têm escolas próprias.

Crédito Rural e Crédito para Materiais de Construção

Embora haja discursos políticos no sentido de possibilitar que os pequenos produtores familiares assentados adquirirem independência no desempenho da atividade produtiva na realidade poucas são as ações do governo neste sentido. Vis-to a condição dos 196 assentamentos nos elementos que indicam a qualidade de vida nos projetos; inclui-se, ainda, o outro recurso na função de produção das famílias assentadas que participam do PRONAF. Programa criado em 1994, com o propósito não apenas de atender demanda sociais, mas também viabilizar economicamente as unidades produtivas familiares.

Detectou-se que 159 assentamentos, ou 81,1% dos 196 estudados já receberam, parcial ou totalmente, o crédito do PRONAF-A. Quanto ao número de famílias com acesso ao programa dentre os projetos de assentamento estudados em média 63% das famílias já receberam o PRONAF-A ou o antigo PROCERA, e apenas 2,3% em média já receberam o PRONAF-C ou D. Quanto ao PRONAF-C ou D apenas 16 projetos tiveram algum acesso, dentre estes apenas dois todas as famílias foram beneficiadas,

estes são os assentamentos Borgoni em Tapurah, com apenas uma família, sendo que esta teve acesso a esta modalidade de crédito, e Sandrini, localizado no município de São José do Povo, onde estão assentadas 66 famílias e todas tiveram acesso as duas modalidades de PRONAF sobre a qual foram questionadas.

No entanto a renda média do grupo que nunca teve acesso ao crédito rural é superior ao grupo que tem ou já teve acesso ao PRONAF ou antigo PROCERA. Nota-se que o assentamento de maior renda, o já mencionado projeto Mello, localizado em Nova Xavantina, nunca teve acesso a modalidades de crédito rural nem a crédito para construção de residências, o que contradiz os resultados esperados.

Quanto ao crédito de material de construção, para estabelecer a moradia, 139 assentamentos tiveram total ou parcial acesso a política, no entanto entre os 23 projetos de assentamento em que os beneficiários residem sob barracos de lona apenas um teve crédito para material de construção parcialmente concedido, nos 22 restantes esta modalidade de crédito nunca foi acessível aos assentados. Em outros dois assentamentos sem acesso a este crédito os assentados moram em habitações improvisadas existentes na propriedade antes do assentamento ser efetivado.

O estudos de Bittencourt et al. (1999), Fernández e Ferreira (2004), Souza Filho *et al* (2004), referentes a assentamentos, além de Helfand (2003), que estudou os determinantes da eficiência dos agricultores do Centro-Oeste, enfatizaram o fator crédito como crucial para o desenvolvimento dos assentados ou agricultores. Os benefícios são diretos e indiretos sobre a renda e a qualidade de vida dos mesmos.

Tratores, Associativismo e Títulos de Posse

Na atividade produtiva presente nos assentamentos, observou-se uma média de 2,17 tratores por assentamento (427/196), no entanto esta média esconde uma realidade difícil para muitos assentados, são 58 assentamentos onde não há nenhum trator, seja ele particular, coletivo ou alugado. E há apenas dois assentamentos onde cada uma das famílias assentadas tem um trator, estes, no entanto, são assentamentos pequenos, trata-se dos assentamentos Mello, localizado em Nova Xavantina, como já mencionado possui renda elevada, e o assentamento Santa Irene, em Tapurah, com cinco famílias assentadas e com renda média mensal por família de R\$ 300,00.

Os movimentos sociais organizados no interior dos assentamentos, as cooperativas e associações

podem indicar ainda a organização social. A forte ausência de parcerias com órgãos institucionais e com a sociedade civil também demonstra a forma de organização social nos assentamentos, assim como a capacidade de articulação de seus representantes, para criar vias que atendam as necessidades dos assentados. Na amostra o número de associações foi de 239, média de 1,2 e com o máximo de 5 associações em um mesmo assentamento, este extremo trata-se do assentamento Paiol em Cáceres, onde residem 235 famílias que tem renda média de R\$ 300,00.

Dos 196 projetos de assentamento estudados apenas 19 são projetos consolidados e apenas em 16 mais de 50% dos beneficiários já tem o título de posse da propriedade, o que demonstra ineficiência no sentido de oficializar a política de redistribuição de terras. A ausência da posse definitiva pode ser obstáculo para acesso a outras modalidades de crédito que não as oficialmente destinadas a assentados rurais. Pois nos 16 projetos já consolidados apenas 11 tem no mínimo 50% dos beneficiários com título definitivo de posse. Entre os já consolidados e com grande parte dos títulos de posse entregues, três foram criados na década de 80 e dois no ano de 2001, sendo estes dois uma exceção aos criados a partir do ano 2000. E dos 24 projetos que constam na amostra estudada, 24 foram criados na década de 80, entre estes apenas 4 tem título de posse concedido a mais de 50% dos beneficiários e apenas seis são efetivamente consolidados. O que se vê são projetos com aproximadamente 20 anos sem consolidação e título de posse efetivo concedido aos beneficiários, e ressalta-se a necessidade do INCRA regularizar a situação fundiária dos mesmos. Dentre estes ainda seis nunca tiveram acesso as políticas de crédito rural e tem baixa renda média, R\$ 298,00, média mascarada pela presença do assentamento Mello, criado no ano de 1987 e com renda de R\$ 1.200,00 mensais por família com já mencionado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se ao longo desta descrição que a situação dos assentamentos rurais de Mato Grosso é precária. Além de graves deficiências na infraestrutura e no acesso a serviços sociais observa-se grande dependência de rendas geradas externamente a propriedade. Devido ao contexto tecnológico em que estão inseridos acredita-se que estes trabalhos externos sejam devido a necessidade de complementar a renda para sobrevivência da família, e não devido a substituição destes por tecnologias poupadoras de mão-de-obra. Desta forma este resultado está em

consonância com o estudo de Guanzirolí (1994) que concluiu que quanto menor a produção familiar nos limites de sua propriedade maiores são as rendas exógenas a agricultura, e assim que conseguem melhorar seu nível de renda pela própria produção agrícola os familiares rurais abandonam estes outros tipos de trabalho e se dedicam a sua própria produção que lhes oferece maior custo de oportunidade.

A descapitalização dos assentados, não suficientemente atendidos pelas políticas oficiais de crédito rural, pode ser um dos grandes motivos da insuficiência da renda gerada pela propriedade para manutenção da família do beneficiário. Isso porque conhecendo as características de solo do Estado sabe-se que é necessário capital para adequação do mesmo ao plantio, e assim a falta de capital pode levar a não exploração da área total disponível no lote recebido.

Enfim, os números retrataram assentamentos mato-grossenses são muito carentes de serviços sociais e infra-estrutura, itens fundamentais para evitar desistências e para o desenvolvimento de agricultores sustentáveis do ponto de vista social e econômico. Diante de tantas necessidades a serem atendidas é fundamental e urgente a necessidade de apoio governamental para reduzir a pobreza rural instalada neste meio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BITTENCOURT G.A., Castilhos D.S.B, Bianchini V., Silva H.BC., 1999. Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 68 pp.
- FERNÁNDEZ A.J.C., FERREIRA E.C., 2004. Os impactos socioeconômicos dos assentamentos rurais em Mato Grosso. In: Medeiros, L.S., e Leite, S. Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: Mauad, 307 pp.
- GUANZIROLI C.E., 1994. Principais indicadores sócio-econômicos dos assentamentos de reforma agrária. In: Romeiro A., et al., Reforma Agrária: produção, emprego e renda – o relatório da FAO em debate. Rio de Janeiro: Vozes/IBASE/FAO, pp.13-68.
- GUIMARÃES A.P., 1967. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Fulgor, pp. 9-37.
- HELFAND S.M., 2003. Os determinantes da eficiência técnica no Centro-Oeste brasileiro. In: Helfand, S.M., e Rezende, G.C. Região e espaço no desenvolvimento agrícola brasileiro. Rio de Janeiro: IPEA, pp. 331-375.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E RE-